

**NÚCLEO DE ATENÇÃO AO HOMEM COMO ESPAÇO DE RECONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES AGRESSORAS**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.10506>



**Vagner Matias do Prado**

*Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Brasil*

**Edson Marcelo Oliveira Silva**

*Núcleo de Atenção ao Homem – Brasil*



**Resumo**

O presente trabalho objetiva apresentar o Núcleo de Atenção ao Homem, de um município de médio porte do interior paulista, que desenvolve ações interventivas junto a homens agressores. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, o qual dialoga com a perspectiva teórica dos estudos de gênero. Espera-se que a socialização do trabalho possa colaborar para a problematização da violência de gênero e para a elaboração de estratégias de enfrentamento à violência, as quais, para além de medidas protetivas direcionadas às vítimas, contribuam para que os próprios agressores possam ressignificar suas ações e condutas.

**Palavras-chave:** Núcleo de Atenção ao Homem. Violência Contra a Mulher. Homens Agressores.

**Introdução**

Problematizar as diferentes formas de violência contra a mulher, sobretudo em uma sociedade herdada do patriarcado e regida por um ideal falocêntrico, coloca-se como uma urgência social. No contexto brasileiro, são diversas as reivindicações e enfrentamentos, para desconstruir as desigualdades entre os gêneros.

De acordo com Heleieth Saffioti<sup>1</sup> (2004), o patriarcado pode ser definido como um regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, em seus aspectos econômicos, políticos e sexuais. Trata-se, portanto, de uma categoria que permite problematizar os processos culturais de produção da violência contra as mulheres, bem como identificar os mecanismos sociais que instituem a representação de subalternidade do considerado como feminino.

Em muitos casos, o silêncio em torno da violência de gênero e violência contra a mulher naturaliza tais formas de agressão, dificultando intervenções para a transformação desse contexto. É essencial que pensemos em estratégias de intervenções eficazes, de modo

---

<sup>1</sup> Em consonância com os estudos de gênero, quando da primeira menção à autora ou autor, grafaremos o prenome e o sobrenome, em um exercício político de visibilizar a produção intelectual de mulheres.

que a violência e seus efeitos nocivos sejam repensados. Estamos diante de um desafio, pois nosso contexto social, além de ser estruturado a partir do patriarcado, também se ancora em dispositivos culturais perversos, como, por exemplo, midiáticos, científicos, religiosos, jurídicos, médicos, psicológicos, pedagógicos etc., os quais banalizam e legitimam a violência contra a mulher, como se esta fosse algo “natural”. Nesse sentido, várias expressões que podemos encontrar, no cotidiano, tais como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, denunciam como essa forma de violência não é pensada com base em uma discussão sociocultural de produção de desigualdades.

Sabe-se que a violência contra a mulher, em especial no Brasil, foi pouco discutida. Tânia Pinafi (2013) acentua que o modelo de enfrentamento desse tipo de violência só foi implementado no ano de 1985, com a pressão política do movimento feminista para o enfrentamento da violência, inclusive ao denunciar a morte de mulheres pelos seus “companheiros”. Naquele momento, homens justificavam os assassinatos cometidos sob o discurso de “legítima defesa da honra”.

Um importante documento para o Brasil foi redigido na *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* – que ocorreu na cidade de Belém, no estado do Pará. O documento produzido no encontro reconheceu que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (PINAFI, 2013). O documento foi adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 6 de junho de 1994, e ratificado pelo Brasil, em 27 de novembro de 1995.

Os estudos e a quebra de tabus em relação à violência contra a mulher apontam para a necessidade de um olhar aprofundado para essa temática. Os índices de violência crescem significativamente e se torna essencial que as intervenções estejam vinculadas a ações primárias (de caráter preventivo e conscientizador) e ações secundárias (despotencialização de condutas violentas).

Pelos registros do Centro de Integração da Mulher (CIM), entre 1980 e 2013, num ritmo crescente, 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres, em 1980, para 4.762, em 2013, com um aumento de 252%. A taxa, que, em 1980, era de 2,3% de vítimas por 100 mil habitantes, passa para 4,8%, em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

Maria Vilma Araújo (2015) argumenta que, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criada em 2005 e extinta no governo Temer, foram totalizadas mais de quatro milhões de denúncias acerca de atos que infringiam direitos

das mulheres. Tais denúncias contemplaram diferentes tipos de agressões, sendo contabilizada uma média de 1.348 ligações por dia.

Postas essas considerações iniciais, nosso relato pretende contribuir para os debates sobre o assunto, ao apresentar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento ao Homem (NAH). O trabalho realizado nesse Núcleo planeja, implementa e avalia intervenções psicossociais junto a homens agressores, encaminhados ao núcleo via determinação judicial ou pela procura espontânea.

Num primeiro momento, será focalizada uma problematização sobre a construção teórica do conceito de gênero e seus impactos para a reconstrução da noção de “mulher”. Tal movimento permite questionar como a apropriação conceitual do termo abre espaços para discussões sobre os processos culturais que instituem determinados modelos de masculinidade.

Posteriormente será feita a apresentação do Núcleo de Atenção ao Homem (NAH). A construção desse espaço foi destinada à discussão e reflexão da realidade concreta vivenciada por homens autores de violência doméstica e familiar, praticadas contra a mulher.

Finalizaremos o relato com a experiência de nosso trabalho no NAH. Assim, abordaremos algumas inquietações e questionamentos sobre o trabalho com esses homens, bem como os desafios insaturados para o desenvolvimento de nosso trabalho.

### **Gênero: uma categoria política de análise para (re)pensar a produção social das masculinidades**

A compreensão epistemológica do conceito de gênero possibilita o diálogo sobre a produção cultural dos processos de masculinização e feminilização dos sujeitos. Pode-se refletir que a definição do termo *gênero* nos remete a compreendê-lo como uma construção sócio-histórica que atua a partir da censura, da regulação, da contingência e da normalização binária das relações humanas. Tais relações podem contribuir para a constituição de formas de opressão, as quais objetivam subjugar a mulher e o considerado como feminino, estabelecendo padrões de funcionamento que gerenciam as relações e posições sociais entre mulheres e homens.

[...] o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente, não é nem o resultado causal de sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. (BUTLER, 2003, p. 24).

Nesse sentido, é possível pensar em como o gênero institui a noção de identidade. Como uma construção social, quando aludimos a “identidade de gênero”, estamos nos

referindo ao processo cultural de atribuição de significados sobre um corpo. Tal processo institui como possibilidade somente os pares “macho-masculino” e “fêmea-feminina”, resultando em um padrão estático e arbitrário que não reconhece, como possíveis, expressões subjetivas que transgridem essa regulação.

Para Joan Scott (1989), a palavra *gênero* pode ser pensada de duas maneiras: 1) gênero como a construção cultural de significados sobre o corpo biológico; 2) gênero enquanto forma primária de nomear as relações de poder. Nesse sentido, é possível compreender que o reconhecimento social dos corpos como “machos” ou “fêmeas” inaugura um processo de classificação dos sujeitos e instaura mecanismos para a adequação dos corpos, a partir das noções “macho-masculino” e “fêmea-feminina”. Cabe ressaltar que tal marcação, uma vez que considera o polo feminino como inferior, organiza um sistema social no qual a mulher passa a ser subjugada.

Nessa perspectiva, *gênero* é uma forma de organização social produzida em função das práticas culturais, construídas historicamente, sobre as distinções biológicas dos corpos. Com isso, o termo torna-se potente para problematizar o processo de construção de determinados modelos de masculinidade e feminilidade, os quais estabelecem a representação de que o homem, polo masculino da relação, deteria o poder de posse sobre o polo subjugado (feminino). Nesse sentido, coopera para criticar o próprio processo de construção da masculinidade como uma forma social de violência contra os sujeitos, pois, nessa perspectiva, o macho que se afastar de determinado padrão de virilidade, não se tornar provedor, não ocupar o espaço público e não dominar o/a “outro/a”, passará por processos de estigmatização.

Scott (1989) nos chama a atenção de que o termo *gênero* não é sinônimo de “mulheres”, mas parte de um processo relacional de construção de masculinidades e feminilidades. Portanto, deveríamos compreender que os estudos de gênero sugerem a inserção não somente das mulheres, mas dos homens, e de todo o simbolismo sexual presente nas relações humanas. Cabe ainda destacar que operar conceitualmente com o gênero implica pluralizar as formas de se compreender como masculino ou feminino.

Raewyn Connell (2015) argumenta que, em nosso cotidiano, o gênero parece ser “algo dado” desde o nascimento. Dessa maneira, nosso olhar social somente passa a reconhecer um sujeito, a partir da classificação como homem ou mulher. Esse sistema taxonômico organiza nossas atividades, estéticas, desejos e comportamentos, reduzindo nossas possibilidades de autoidentificação. Talvez, por isso, as travestilidades causem tanto “pânico moral”, pois,

nesses casos, um mesmo corpo rompe a divisão binária (homem-mulher), ao se construir com base em elementos culturais, tanto masculinos quanto femininos.

Nesse sentido, identificar-se socialmente como homem ou mulher também implica refletir que não podemos compreender a masculinidade e feminilidade de forma homogênea e universal. Tais pressupostos, os quais se pretendem universais, generalizam categorias que não são tão estanques, correndo o risco de simplificar discussões como, por exemplo, a não compreensão de que a categoria homem ou mulher, no singular, não permite refletir que, no campo das relações sociais, ser homem ou mulher pode ser expressado de diferentes e múltiplas maneiras, por intermédio de intersecções com as categorias de classe social, sexualidade, raça/etnia, geração, religião etc. (LOURO, 2008).

No que se refere ao processo histórico das relações entre mulheres e homens, Rose Marie Muraro (2002) relata que, nas culturas primitivas, havia a divisão do trabalho entre os sexos, mas não havia desigualdade, predominando valores de cooperatividade e descentralização das atividades de subsistência. A mulher era considerada um ser sagrado que gerava a vida. Na medida em que a coleta se tornava escassa para as sociedades de grandes caças, começou a se instalar a supremacia masculina e a competitividade, por busca de novos territórios. Nessa perspectiva, o homem se aproxima de sua função biológica reprodutora e entende que, ao controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina, através do casamento monogâmico, num plano discursivo no qual a mulher deve servir ao homem, procriar a espécie e atendê-lo em suas exigências sexuais e pessoais. Assim, a cultura, que outrora se configurava como matricênica, passa a patriarcal.

A própria ciência se encarregou, durante o século XIX, de elaborar estudos que objetivavam justificar a “inferioridade feminina”. Pesquisas sustentavam que o lobo frontal da espécie humana, responsável por funções mentais e cognitivas, seria maior e mais desenvolvido nos homens (HERNANDES, 2013). Na medida em que as mulheres começam a contestar essas falsas afirmações, inclusive a partir de uma produção científica feminina, o processo de confronto cultural sobre a subjugação e inferiorização do feminino se potencializa.

As mulheres eram “encarceradas”, com a construção de conhecimentos que as subjugavam, por meio de aspectos econômicos, psicológicos, sociais e políticos. Tais discursos construía a noção de uma mulher sem autonomia de pensamentos e a

impossibilitavam de manifestações contra o funcionamento machista, no qual o poder e a tomada de decisões se concentravam na figura do homem.<sup>2</sup>

Um exemplo para ilustrar essa problemática é o momento em que a mulher se posiciona na contramão da ordem machista, sexista, heteronormativa, e das relações assimétricas de poder, de tal maneira que faz o enfrentamento necessário, rejeitando o lugar de subalternidade em que foi posicionada. Não raro, ela passa a ser vista como uma ameaça ao poder do macho, inclusive por reivindicar a ocupação do espaço público de representatividade. Dentre as estratégias para “normalizar” o desvio de conduta a opressão, desvalorização, estigmatização, espancamentos e assassinatos são possíveis de serem observadas.

Essa discussão enseja o questionamento sobre os discursos que legitimam o espaço público como masculino e o plano privado, individual, como feminino. Para Andréia Hernandes (2013), a cultura de força, representatividade pública e masculinidade sempre foi direcionada aos homens, favorecendo uma ampla ocupação dos espaços públicos, ou seja, de visibilidade. Por outro lado, às mulheres foi reservado o espaço doméstico, cujas funções se restringiam aos cuidados com os/as filhos/as e cuidados do lar. As decisões que diziam respeito à ambiência fora do lar lhes eram vetadas, assim como a participação política e profissional.

O controle social sobre o trabalho feminino no contexto do lar e cuidados com a prole também permitiu a construção de uma cultura de apropriação masculina sobre o próprio corpo e condutas das mulheres. Raewyn Connell (2015), ao colaborar com essa discussão, salienta que, no momento em que mulheres dependentes economicamente de seus companheiros se recusam a aceitar as exigências de seus maridos ou namorados, muitas vezes são surradas. Trata-se de um cenário comum da violência doméstica e que pode criar alguns dilemas para elas: podem permanecer em sua residência e colocar em risco a própria vida e a dos/as filhos/as; ou, em caso de “fuga” do ambiente hostil, são perseguidas pelos seus agressores, os quais, enraivecidos, podem retirar-lhes a vida. Em muitos casos, quando fogem do ambiente agressivo junto com seus/suas filhos/as, não encontram instituições de apoio que contribuam para que reconduzam suas vidas com a garantia de não precisarem mais conviver no mesmo espaço que o agressor.

Esse recorte, que organiza a vida de muitas mulheres, nos leva à necessidade de garantir sua proteção e direitos, sendo um dever de todas as pessoas lutarem para que estes

---

<sup>2</sup> Cabe destacar que, embora, no plano discursivo, as mulheres fossem impossibilitadas de manifestações, sempre existiram mulheres que contestaram as relações sociais.

sejam efetivos e se materializem em trabalhos de enfrentamento à violência de gênero e contra a mulher.

Devemos considerar também que os homens que legitimam essa e outras formas de violência precisam da responsabilização de seus atos. Todavia, também é necessário conceber estratégias interventivas que auxiliem o próprio agressor a repensar sobre a violência cometida.

Nesse sentido, os elementos que fogem da cultura do patriarcado se constituem como uma ameaça ao poder de dominação que se esforça cotidianamente para legitimar o masculino. Ressalta-se, nesse campo, o conceito hegemônico de masculinidade discutido por Connell (1995), o qual remete à posição dominante dos homens e subordinação das mulheres, que exclui e segrega outros modelos de masculinidades à performance masculina considerada como viril, agressiva, misógina e provedora.

Cabe destacar ainda que ser considerado como homem também outorga ao sujeito uma série de privilégios. Durante o processo de construção da masculinidade, o macho da espécie humana deverá aniquilar qualquer aspecto de sua personalidade ou repertório comportamental, aspectos e características que podem associá-lo à figura feminina.

O debate sobre homens e gênero é recente, como nos apontam os estudos de Daniel Costa Lima, Fátima Buchele e Danilo de Assis Climaco (2008). No início dos anos de 1970, inicia-se o debate sobre as relações desiguais entre homens e mulheres, via discussões feministas. Na década seguinte, os estudos começam a contemplar as masculinidades e, finalmente, na década de 1990, se consolidam as noções de poder e gênero, no debate sobre homens e saúde, com forte influência dos movimentos *gay*, lésbico, negro e de estudos sobre a AIDS (LIMA, 2008). Posteriormente, conferências realizadas em Cairo e Beijing (1994 e 1995, respectivamente) deram maior visibilidade aos debates, com destaque para uma abordagem relacional dos estudos de gênero, enfatizando também o processo de construção das masculinidades.

De modo a contribuir com essa discussão, Daniel Welzer-Lang (2001) analisa a formação do que denominou “casa-dos-homens”. Esse espaço social se legitima no momento em que as crianças, nomeadas como machos, a partir de suas diferenças anatômicas, são introduzidas a processos de socialização para se dedicarem a atividades consideradas viris e que exercitem a demonstração de poder sobre si e sobre os outros.

Com efeito, entende-se que, para um homem ser reconhecido como masculino, nos espaços sociais, a geografia de sua formação precisa fazer com que ele se separe de sua infância e dos aspectos femininos. O macho em formação necessita enrijecer seu corpo, seus

músculos, ter reações consideradas “masculinas”, aprender a aceitar os sofrimentos, de tal maneira que possa conquistar o direito de conviver no mesmo espaço que outros homens.

A própria figura do corpo masculino é sempre midiaticizada por representações de imagens corporais ideologizadas, que modelam os ideais sociais, nos quais o homem ostenta o papel de criador, proprietário e espectador. Com isso, cabe problematizar que não existe um corpo “natural” e sem condicionamentos, mas um código representacional dotado de significados específicos, em cada época e lugar (CORTÉS, 2008).

Assim, podemos refletir sobre a necessidade de se (re)repensar as masculinidades que se imprimem em nossa sociedade. Tal fato pode cooperar para descentralizar o modelo hegemônico masculino, pluralizando formas mais simétricas de relações entre os gêneros, inclusive ao propor representações masculinas capazes de enfrentar a violência de gênero e contra a mulher.

### **Núcleo de Atenção ao Homem: atuação e desafios**

O Núcleo de Atenção ao Homem (NAH) é um espaço potencializador para a instauração de rodas de conversa, reflexão e ressignificação dos modos violentos produzidos por identidades masculinas engendradas pelas relações assimétricas de poder. A atuação do NAH visa a atender a demandas municipais de violência contra a mulher, no município de Presidente Prudente-SP. O Mapa da Violência de homicídios de mulheres, no Brasil (2015), que avaliou os índices de violação aos direitos das mulheres no período entre 2009 e 2013, aponta que, do total de 56 municípios da região do Oeste Paulista, 25 registraram homicídios de mulheres, no período analisado. Especificamente na cidade de Presidente Prudente-SP, 27 casos foram identificados. No total, foram registrados 83 homicídios de mulheres, na região de Presidente Prudente, durante os cinco anos avaliados pelo Mapa da Violência.

A iniciativa de formar o Núcleo de Atenção ao Homem (NAH) de Presidente Prudente-SP partiu do apoio do CREAS MULHER – Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Proteção e Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, de Presidente Prudente – SP. O NAH se inclui na Rede Mulher,<sup>3</sup> que, por meio da promoção de fóruns relacionados ao tema da violência contra a

---

<sup>3</sup> A Rede Mulher é constituída por organizações que buscam a ação coletiva no enfrentamento à violência contra a mulher, no município de Presidente Prudente. Compõem essa rede representantes de diversos setores, como do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, da Delegacia da Mulher e comum, da Prefeitura Municipal (por meio do CREAS e da Vigilância Epidemiológica), do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Núcleo de Atenção ao Homem. No ano de 2008, iniciaram-se as primeiras articulações para a criação dessa rede, durante o II Fórum Municipal sobre Violência contra a Mulher realizado em Presidente Prudente – SP, organizado pelo CREAS, serviço da Secretaria de

mulher, chamou a atenção para a importância do acompanhamento dos autores de violência, visto que faz parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

O Núcleo de Atenção ao Homem foi implantado em março de 2015, em Presidente Prudente-SP, vinculado à organização não governamental Associação de Saúde, Trabalho, Meio Ambiente e Educação (ASTAE). Esse serviço consta no art. 45 da Lei Maria da Penha, o qual prevê a obrigatoriedade do comparecimento dos homens agressores a programas de reeducação. É proposta, no art. 35, a criação de Centros de Educação e Reabilitação do Agressor. Nessa perspectiva, o NAH conta com equipe qualificada em questões de gênero, violência doméstica e masculinidade, composta por profissionais que atuam diretamente nos grupos reflexivos, sendo dois psicólogos, um assistente social e um educador, além dos profissionais do grupo de apoio, como assistentes sociais, professores/as e estudantes universitários. Cabe destacar que a ASTAE disponibiliza ao NAH recursos físicos e materiais para a execução do trabalho.

O núcleo tem como proposta propiciar espaços de discussão, reflexão, manifestação e publicização da realidade concreta vivenciada pelos homens autores de violência doméstica e familiar, praticada contra a mulher, contribuindo para a reeducação, modificação e construção de novas expressões de masculinidades.

Para tanto, o NAH conta com um plano de trabalho formado por três principais eixos que norteiam o desenvolvimento das ações. Tais eixos, configurados em atendimento, mobilização/articulação e pesquisa, estruturam as ações elaboradas.

*Eixo I - Atendimento:* Oferece um espaço de acolhimento, sondagem, problematização, reflexão e vivências, para ressignificação do cotidiano dos homens autores de violência. Desenvolve-se a partir de uma entrevista inicial, para apresentar os objetivos e o funcionamento do grupo reflexivo para os homens; implantação do grupo reflexivo, o qual promove a escuta, a apresentação dos membros, a história de vida dos integrantes, a explicação dos combinados, o estabelecimento de pactos e o desenvolvimento do conteúdo; monitoramento e avaliação, cujo objetivo é levantar indicadores, elementos discursivos, comportamentais, qualitativos e quantitativos sobre contextos de violência; supervisão, que

---

Assistência Social de Presidente Prudente – SP, em parceria com a OAB/SP e a Rede Social de Presidente Prudente – SP. No ano de 2009, foi implantada a Rede Local de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, no município de Presidente Prudente – SP. As ações da Rede Mulher se debruçam para a melhoria da qualidade dos atendimentos, identificação e encaminhamentos adequados das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com o objetivo geral de ofertar humanização e integralidade. A metodologia de trabalho prevê a realização de reuniões bimestrais, estabelecimento de compromissos mútuos e planejamento das ações e fluxos fundamentais ao seu funcionamento.

oferece supervisão aos profissionais do grupo reflexivo. Desde março de 2015, também foi inaugurado o grupo de apoio aos mediadores, o qual organiza reuniões com os profissionais que atuam com os homens agressores.

*Eixo II - Mobilização/Articulação:* Propicia espaços para que as diversas pessoas envolvidas compreendam as reais especificidades e importância do trabalho com os autores da violência, contribuindo com intervenções reflexivas e de mobilização que revelem as necessidades dos sujeitos envolvidos, possibilitando a visibilidade da questão. O trabalho articula-se via sistema de rede, que insere os profissionais do NAH em uma relação de contato com diversos atores da rede de atendimento social, em interlocução com as políticas públicas para a discussão, construção e reconstrução de ações de enfrentamento à temática, como participar da realização de eventos e planejamento de políticas públicas. Outras dimensões desse eixo são a captação de recursos, a criação de *blogs* e *web sites*, a produção de material socioeducativo (elaboração de cartilhas, documentários e utilização de elementos artísticos como, por exemplo, apresentações de dança, música, fotografia, artes plásticas, teatro, entre outros), atividades de sensibilização via oficinas, com profissionais dos diversos setores, a fim de que se comprometam com a questão. Cabe destacar que ainda se buscam parcerias com as mídias locais, para a divulgação do trabalho realizado e socialização das experiências desenvolvidas.

*Eixo III - Estudo/Pesquisa:* Estabelece ações que possibilitam a criação e a manutenção de espaços de pesquisa e de aprofundamento teórico-metodológico sobre o enfrentamento à violência e intervenções com homens agressores. Cooperar para a realização de estudos que objetivam diagnosticar o perfil e a realidade dos homens agressores, no município, e definir indicadores de monitoramentos e avaliação.

É importante ressaltar que o plano de trabalho do NAH ainda se encontra em processo de construção. Dessa forma, pode sofrer alterações, ao longo da sua implantação.

Vale ressaltar que o NAH objetiva construir uma nova sociabilidade entre os homens que se apresentam para as intervenções, de tal maneira que se tornem agentes sociais com potencial transformador. Entretanto, para alcançar as transformações planejadas, há que se considerar que o trabalho com os homens agressores é desafiador, em função da elaboração de aspectos conceituais e metodológicos capazes de ajudar na implementação de ações, segundo a especificidade do trabalho.

Na verdade, uma das maiores dificuldades pode ser creditada ao processo de desconstrução de naturalismos que se atualizam, no cotidiano dos homens agressores, e dificultam o enfrentamento eficaz da violência contra a mulher. Outro ponto a ser destacado é

a morosidade do poder judiciário brasileiro para encaminhar os homens agressores ao atendimento. A lentidão na execução dos processos judiciais, na maioria das vezes, pode levar à perda do sentido da Lei Maria da Penha para o homem, pois o agressor não estabelece a relação entre o ato violento e a sanção jurídica aplicada, devido ao intervalo de tempo entre a agressão cometida e a sanção jurídica determinada.

É oportuno considerar também que a Lei Maria da Penha não tem a roupagem somente punitiva. Tal dispositivo prevê a responsabilização pelo ato violento e possui caráter educativo, prevendo ações psicossociais que contribuam para a ressignificação do ato pelo agressor.

Embora, na Lei Maria da Penha, esteja prevista a responsabilização do homem agressor, como já frisamos, outro desafio para o NAH se constitui em sua implantação como serviço público de caráter continuado, o qual possa contar com recursos a partir da elaboração de políticas públicas e ações afirmativas que assegurem sua eficácia e transversalidade de serviço. Para tanto, como formas de resistir a essa problemática, é necessária a articulação com os setores envolvidos na causa da violência contra a mulher e de gênero no município, como também tornar público os resultados obtidos pelo trabalho, para que a população possa ampliar o olhar sobre o homem agressor, além do aspecto meramente punitivo, mas como sujeito fabricado e financiado pela cultura machista e de violência.

Por fim, o trabalho com os homens agressores é atravessado por uma constante (des)construção do cotidiano massacrante que o escraviza, cristaliza papéis sociais, divide o trabalho sexual e manipula a existência, com base no mimetismo da violência e agressividade. Cabe enfatizar que esse processo de produção também pode ser tomado como uma violência social direcionada aos homens, pois fabrica subjetividades que desprezam aspectos humanos, submetendo os sujeitos a relações de poder que dificultam reconstruir seus modos e maneiras de compreensão e relacionamento com o mundo.

## **Discussão**

Considerando o trabalho realizado pelo Núcleo de Atenção ao Homem, as informações apresentadas a seguir são resultado de um levantamento de dados registrados entre março de 2015 e dezembro de 2017, contemplando os eixos I, II e III, já mencionados.

Sobre o eixo I, o grupo reflexivo com homens autores de violência contra a mulher iniciou o trabalho de responsabilização, reflexão e ressignificação desse contexto violento, no mês de março de 2015, com um atendimento. Atualmente, participam do grupo reflexivo oito sujeitos.

O grupo reflexivo é planejado previamente com os profissionais mediadores, os quais conduzem as discussões e as reflexões com os sujeitos, sendo um psicólogo, um assistente social e um educador social. São previstos dezoito encontros coletivos, que ocorrem uma vez por semana, com a duração de duas horas e trinta minutos. Para a condução das discussões, são estabelecidos assuntos e temas que possam problematizar as situações de violência protagonizadas pelos participantes: a história de sua vida e o motivo de estar ali (que permite a compreensão sobre o nível de consciência acerca de sua realidade e a responsabilização pelo ato cometido); discussões sobre o que é ser homem e ser mulher, na compreensão individual e social (cujo objetivo é apresentar a hegemonia heterossexual cisgênera, machista e violenta, produzida por um contexto social binário); apresentação e problematização sobre a Lei Maria da Penha (para que sejam superados possíveis equívocos capazes de reduzi-la e afrontar a sua propriedade constitucional); apresentação e discussão sobre gênero e masculinidades (cuja finalidade é aproximar os homens, a fim de que compreendam a necessidade de discussão sobre o tema e a responsabilidade de cada um, no processo de desconstrução e superação da violência no qual se encontram inseridos); apresentação de estatísticas e as formas de violência endereçadas às pessoas LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais e soropositivas), de tal modo que os homens tenham acesso a essas informações e apresentem condições reais de reflexão sobre o alto índice de violência a que essa população está sujeita; afetividade e emoções, para que os sujeitos atendidos exercitem a compreensão sobre a importância e o aspecto saudável desses elementos, nas relações consigo mesmos, interpessoais e sociais; educação dos filhos e modelos vigentes de família na sociedade, que visa a refletir sobre a participação dos homens, no processo educacional de filhos (quando houver) e a pluralidade de famílias que não satisfaz à expectativa heterossexual cisgênera; paternidade e alienação parental, em que se discute a construção social do papel machista no processo de paternidade e os processos de alienação parental a que os filhos podem estar sujeitos; saúde do homem, que discute a importância e a necessidade de o homem refletir sobre esse assunto, com ênfase em aspectos de prevenção na saúde mental.

Na execução dos grupos reflexivos, são utilizados, de acordo com a demanda, materiais para fins artísticos, como: papel sulfite, papel *kraft*, lápis de cor, tinta guache, cartolinas e cola. Aproveitamento de revistas em desuso, para a confecção de colagens que facilitem a expressão dos homens que frequentam o grupo. E, também, material audiovisual que contemple a temática.

Sobre o eixo II, durante o ano de 2015, o NAH estabeleceu contato com profissionais da Rede Mulher e apresentou a proposta de trabalho prevista. Já no ano de 2016, de março a

setembro, efetivaram-se capacitações focadas para os profissionais da saúde da Secretaria Municipal da Saúde do município de atuação e se elaboraram estratégias para divulgação do trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, desenvolvido pelo CREAS e NAH. No mês de novembro, o CREAS, em parceria com o NAH, promoveu o *VIII Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Presidente Prudente-SP*.

Posteriormente, no ano de 2017, durante o mês de março, o NAH e o CREAS ofereceram palestras com a temática *Gênero e Masculinidades*, nos CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, e SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – no município em que atua. No mês de julho, foi elaborado material audiovisual, com depoimento de dois homens autores de violência que participam do grupo reflexivo. Em agosto, o NAH, a ASTAE e o CREAS realizaram o *I Fórum Municipal das Masculinidades de Presidente Prudente-SP*, com o objetivo de ampliar a discussão sobre a violência de gênero e contra a mulher, problematizando a categoria das masculinidades e sugerindo a inserção do homem nas discussões e reflexões sobre gênero. Posteriormente, no mês de setembro, o NAH participou da mesa redonda intitulada *O Enfrentamento da Violência Contra a Mulher em Presidente Prudente-SP*, em que se discutiu a necessidade de resistência profissional frente ao conservadorismo e machismo, presentes no município. Por fim, no mês de dezembro, o NAH participou do *IX Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, cuja discussão problematizou a realidade concreta da mulher em situação de violência doméstica e familiar, traçando caminhos para sua superação, de modo coletivo, com entidades que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher, no município.

No eixo III, no ano de 2015, os profissionais que compõem o NAH foram entrevistados por estudantes para um trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Serviço Social. Nesse sentido, abriram-se espaços para a elaboração de investigações sobre o processo de planejamento, implementação e trabalho desenvolvido pelo Núcleo, bem como o estabelecimento de parcerias estratégicas com centros universitários e universidades sediadas no município. Esse passo também acaba por contemplar a possibilidade de aproximação de futuros profissionais acerca do tema, ensejando a formação de recursos humanos, a partir do trabalho de supervisão de estágios em diferentes áreas de atendimento social e de saúde.

## **Resultados**

Ao trabalhar com os homens inseridos no NAH e debater as ações sobre gênero e violência contra a mulher, desafios sobre novas perspectivas são lançados, bem como a

identificação de problemas, para que o trabalho junto a homens agressores possa ser ampliado.

No que diz respeito à realidade vivencial, com as intervenções realizadas por meio dos grupos reflexivos, notou-se que os sujeitos atendidos trazem consigo certo sofrimento para que sejam aceitos na sociedade e conquistem o direito da convivência. Constata-se isso por meio da verbalização do processo de socialização, ao afirmarem que “homem não pode chorar”; “homem deve ser o chefe da casa e pagar todas as contas da casa”; “homem não pode ficar desempregado, senão perde a mulher e ela arruma outro”. Esses elementos se tornaram bem evidentes, nas atividades que contemplam a temática sobre a compreensão dos processos que constituem o “ser homem e mulher”, na sociedade.

Fruto dessa discussão, outra questão é evidenciada neste contexto, pois os homens, frequentemente, associam que demonstrar as emoções e expressões da afetividade são qualidades pertencentes à mulher. Caso venham a expressar, mesmo que minimamente, esses elementos, temem a ridicularização diante de outros homens e também das mulheres. Desse modo, podemos refletir sobre a construção dessa masculinidade, localizada na fragilidade, insegurança e receio da perda de uma ideia de “superioridade”.

Para os homens atendidos, a questão é como lidar com a incorporação de novos recursos não violentos, pois, outrora, a maneira de ser homem sempre foi de um único modo e, após serem responsabilizados pela Lei Maria da Penha, são confrontados com uma realidade com a qual não concordam, pois, *a priori*, se autoidentificam como vítimas desse processo.

À medida que avançam nos debates e o vínculo do grupo reflexivo se fortalece, novos conceitos e ideias são incorporados, e a violência começa a ser pensada de novas maneiras, o que permite aos sujeitos se reconhecerem como agentes da agressão e ensaiar possibilidades de mudança, em sua identificação de masculinidade. Um dado para isso é o próprio relato dos homens, além do retorno dos profissionais que atuam nos encaminhamentos para os agressores, como a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Vara da Execução Criminal/Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado de São Paulo e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Um dado interessante sobre o fortalecimento do vínculo desses homens com o grupo reflexivo é que três sujeitos, mesmo tendo cumprido satisfatoriamente a pena aplicada por meio da Lei Maria da Penha, se propuseram continuar frequentando os encontros semanais, afirmando que esse espaço foi importante para a reflexão e a superação dos processos violentos, demonstrando remorso pelo dano causado.

No que se refere aos desafios profissionais, cabe-se destacar a complexidade de compreensão sobre as diversas violências direcionadas às mulheres. Nesse sentido, é necessário reconstruir uma visão atrelada à estigmatização de homens como sujeitos violentos por natureza. É imperioso problematizar e identificar quais as linhas de subjetivação que instituem identidades violentas pautadas no mito da superioridade do homem, em diferentes contextos sociais. Para tanto, é necessário que as dinâmicas das relações sociais dos atendidos sejam estudadas, para que, assim, possam ser transformadas.

### **Considerações Finais**

Este relato objetivou contribuir com a reflexão sobre intervenções psicossociais com homens agressores e atentar para a escassez de políticas públicas efetivas para a deseducação e responsabilização do ato violento. Conforme nos apontam Lima, Buchele e Climaco (2008), intervenções com homens autores de violência são uma realidade, em países como os EUA, Canadá, Inglaterra e Austrália, desde a década de 1980, porém, no Brasil, pesquisas que problematizam a relação estabelecida entre homens, construção social da masculinidade e violência de gênero ainda são escassas.

Vale ressaltar a importância histórica da *Campanha Brasileira do Laço Branco* (2016), coordenada atualmente pela Rede de Homens pela Equidade de Gênero/RHEG. Essa campanha foi criada no Canadá, no ano de 1991, e está presente no Brasil, desde 2001, tendo colaborado para que o governo brasileiro instituisse o dia 6 de dezembro como o “Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres” (Lei 11.489/07).

Faz-se necessária, por conseguinte, a reflexão sobre nossos modos de enfrentamento da violência de gênero e contra a mulher, de sorte a despotencializar os efeitos perversos que ela institui nas subjetividades humanas, sobretudo nas relações entre homens e mulheres, bem como nas diferentes formas de masculinidades e feminilidades que se constituem socialmente.

Não podemos perder de vista o caráter político e social que o trabalho com homens agressores agrega, a fim de que pensemos sobre a necessidade de fomentar discussões e estabelecer estratégias para o enfrentamento da violência de gênero e contra a mulher, a partir de uma reflexão sobre as relações existentes entre homens, gênero e violência. A questão de gênero pode ser compreendida como uma categoria de análise, conforme nos aponta Scott (1995), mas também como dispositivo histórico que organiza as relações de poder que enaltecem e legitimam o masculino hegemônico e subjagam as expressões que se aproximam do considerado como feminino.

Nesse caminho, como nos aponta Saffioti (1999), a construção dessas masculinidades regula as relações homem-mulher, mas também homem-homem e mulher-mulher, fabricando assimetrias a partir do enaltecimento da masculinidade hegemônica, agressividade, misoginia, sexismo e homofobia. Para que essa realidade se transforme, é primordial ocupar espaços que se propõem criticar e desconstruir os modelos de masculinidade hegemônicos presentes nas organizações e instituições sociais, de caráter formal ou não, como o próprio NAH.

A potencialidade do NAH está em resistir e enfrentar uma cultura de violência produzida por discursos que subjagam e segregam as mulheres, as diversidades, e reduz possibilidades de existência para o próprio homem. Nessa perspectiva, compreender a violência contra a mulher como produto de uma construção sócio-histórica amplia o debate e nossa percepção, de tal maneira que essa construção pode ser desconstruída e reconstruída através de uma nova forma de sociabilidade, na medida em que se forma um campo de troca de experiências e vivências concretas sobre as relações que se engendram e se reproduzem na malha social e que contribuem para o processo de vulnerabilização de determinados grupos.

### **NÚCLEO OF ATTENTION TO THE MAN AS SPACE OF RECONSTRUCTION OF THE AGGRESSOR MASCULINITIES**

#### **Abstract**

The present paper aims to present the Nucleo of Attention to the Man in a medium-sized municipality of the interior of São Paulo that develops intervention actions with aggressive men. Methodologically, it is an experience report that dialogues with the theoretical perspective of gender studies. It is hoped that the socialization of this work can contribute to the questioning of gender violence and to the elaboration of coping strategies that, in addition to protective measures directed at the victims, contribute to the aggressors themselves being able to resignify their actions and behaviors.

**Keywords:** Nucleo of Attention to Man. Violence Against Women. Aggressor Men.

### **NÚCLEO DE ATENCIÓN AL HOMBRE COMO ESPACIO DE RECONSTRUCCIÓN DE MACULINIDADES AGRESORAS**

#### **Resumen**

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el Núcleo de Atención al Hombre en un municipio de mediano porte del interior paulista que desarrolla acciones interventivas junto a hombres agresores. Metodológicamente, se trata de un relato de experiencia que dialoga con la perspectiva teórica de los estudios de género. Se espera que la socialización del trabajo pueda colaborar para la problematización de la violencia de género y para la elaboración de estrategias de enfrentamiento a la violencia que, además de medidas protectoras dirigidas a las víctimas, contribuyan a que los propios agresores puedan resignificar sus acciones y conductas.

**Palabras clave:** Núcleo de Atención al Hombre. Violencia contra la Mujer. Hombres Agresores.

## Referências

ARAÚJO, Maria Vilma de Sousa. O núcleo especializado de atenção ao homem - relato de experiência. **Revista NUFEN**. Belém, v. 7, n. 1, p. 109-115, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Nacional. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CAMPANHA BRASILEIRA DO LAÇO BRANCO: **Homens pelo fim da violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://www.lacobranco.org.br>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Stanford: Stanford University, 1995.

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: SENAC, 2008.

HERNANDES, Andréia Nogueira. Gênero e literatura: a poesia erótica de Maria Teresa Horta. In: MATTIOLI, Olga Ceciliato; ARAÚJO, Maria de Fátima; RESENDE, Vera Rocha (Org.). **Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais**. Curitiba: CRV, 2013.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLIMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, abr./jun. 2008.

LOURO, Guacira Louro. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras – Malleus Maleficarum**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002. p. 5-17.

PERES, Wiliam Siqueira. O mal-estar das sexualidades e dos gêneros contemporâneos e a emergência de uma psicologia *queer*. In: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Org.). **Gênero, corpo e @ativismos**. Cuiabá: EDUFMT/FAPEMAT, 2012. p. 29-56.

PINAFI, Tânia. Estudo sobre o modelo de combate à violência contra a mulher no Brasil e Argentina. In: MATTIOLI, Olga Ceciliato; ARAÚJO, Maria de Fátima RESENDE, Vera Rocha (Org.). **Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais**. Curitiba: CRV, 2013. p. 23-30.

SAFFIOTI, Heleith. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas.** Florianópolis, ano 9, p. 460-482, 2001.

Data de recebimento: 16/08/2017

Data de aceite: 09/05/2018

#### **Sobre os autores:**

*Vagner Matias do Prado* é Bacharel em Educação Física. Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço Eletrônico: vmp\_ef@yahoo.com.br

*Edson Marcelo Oliveira Silva* é Especialista em Intervenções Psicossociais em Contextos de Vulnerabilidade pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE); Psicólogo do Núcleo de Atenção ao Homem. Endereço Eletrônico: edson.marcelo2@gmail.com